

# FMI gostou da emenda do senador Jutahy

O Fundo Monetário Internacional está interessado na aprovação do projeto de lei do senador Jutahy Magalhães (PDS-BA), que institui o sistema "facultativo" de negociação direta entre empregados e empregadores, em lugar do reajuste salarial automático pelo INPC.

Em reunião ontem em Brasília com os ministros Delfim Neto, do Planejamento (que já elogiou muito o projeto), e Ernane Galvêas, da Fazenda, os técnicos do FMI indagaram sobre as possibilidades de aprovação da matéria, quando o Congresso tomaria uma decisão e quais as repercussões sobre os gastos das empresas estatais.

De acordo com um informante qualificado que participou da reunião, o encontro não foi conclusivo, servindo apenas para que Eduardo Wiesner, Horst Struckmeyer e Thomas Reichmann, que estiveram em Washington nos últimos dez dias, tomassem conhecimento das mais recentes medidas adotadas pelo governo, tanto na área das estatais, como no âmbito fiscal e do sistema de preços e fizessem indagações sobre elas e suas eventuais repercussões.

Em relação ao expurgo da "inflação corretiva", os técnicos do FMI quiseram saber quais seriam os efeitos da medida na taxa inflacionária, e qual a metodologia empregada para o cálculo dos índices expurgados. Interessaram-se em conhecer o impacto que os reajustes nos VBC (valores básicos de custo) e nos preços mínimos dos produtos agrícolas terão sobre o crédito interno líquido das autoridades monetárias (conceito do FMI sobre expansão da moeda).

## Acordo, só em agosto

Depois da obtenção e análise dessas informações, será marcado novo encontro com o ministro Delfim Neto, que poderá ser conclusivo.

De qualquer forma, será seguido o processo burocrático da elaboração de um relatório a ser submetido ao board do FMI, que, uma vez aprovado, será formalizado através de um adendo ao acordo ampliado de 6 de janeiro, procedendo-se, então, a liberação da segunda parcela (de US\$ 411,0 milhões) do empréstimo negociado no final do ano passado.

Segundo o informante, não é previsível a formalização do acordo nas próximas duas semanas, pois se trata, desta vez, de algo mais complexo, que pressupõe uma mudança metodológica e uma alteração de conceitos sobre os quais se estabeleceu o acordo de janeiro, agora em processo de revisão.

Explicou que, no encontro de ontem, não foram abordados problemas específicos, em profundidade e com a intenção de adotar uma posição definitiva, o que somente ocorrerá nos encontros a nível político, programados para os próximos dias.

## Empresários

A Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB), apoiando proposta da Associação Comercial de Minas, resolveu encaminhar ao governo sugestão para que um comitê de 120 empresários de diversos setores, participe da terceira fase de negociação da dívida externa.

A proposição a ser encaminhada ao governo reflete o anseio da classe empresarial, exposta no III Congresso Nacional das Associações Comerciais, que pretende participar ativamente das negociações com os credores da dívida brasileira.

A classe empresarial entende que, por melhor que ela seja feita agora, a renegociação estará sendo realizada por pessoas apenas integrantes do governo e que, no dia em que se afastarem de seus cargos, automaticamente perderão qualquer vinculação com ela. Já os empresários, com o aval moral que darão pela sua participação, poderão assegurar que não haverá nenhum problema que cause traumas como estes que hoje estamos vivendo.

## Tancredo contra rompimento

Mesmo criticando o acordo com o FMI, o governador Tancredo Neves, de Minas Gerais, que esteve ontem em São Paulo para fazer uma conferência na Ordem dos Advogados do Brasil sobre "A Ordem Institucional Brasileira", afirmou que o rompimento com o Fundo seria muito pior e traria consequências desastrosas para o País.

— O Fundo Monetário é realmente um grande instrumento da rigidez monetarista não só para o Brasil, mas para todo o mundo. O País é grande demais para ser enquadrado dentro da rigidez, nos parâmetros fixados pelo FMI. Portanto, o atrito acaba sendo inevitável.

Segundo ele, "desde que as autoridades aceitaram as regras do FMI, estão lutando para adaptá-las às realidades sócio-econômicas do Brasil". Mesmo assim, "as coisas estão caminhando bem, pelo que vejo nos jornais". Além disso, na sua opinião, nem há "como romper com o FMI. Não há outra solução. Desde que aceitamos o ingresso no Fundo, fixamos uma Carta de Intenções que vale como um tratado. Por isso não temos, agora, como romper com o Fundo".